

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE FOMENTO À LEITURA E SUAS REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria da Conceição Rêgo de Araújo (UFRN)
Ceica.rego@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, houve sempre uma deficiência no desenvolvimento da prática de leitura na escola e, atualmente, no contexto educacional em que se firmam novas demandas para a escolarização básica, como o domínio pleno da leitura a partir do desenvolvimento de habilidades e competências leitoras, a deficiência em leitura do brasileiro tem ficado cada vez mais evidente.

Essa deficiência tem sido diagnosticada nos exames nacionais de avaliação, como SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), Prova Brasil¹ e Provinha Brasil², os quais têm comprovado o fracasso na leitura de milhares de estudantes brasileiros que apresentaram dificuldades de identificar informações consideradas até mesmo simples em um texto.

A situação torna-se ainda mais grave quando se compara o índice de leitura no Brasil com os de outros países. O resultado do último PISA³ 2012 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) apontou o desempenho em leitura dos estudantes brasileiros como precário, o que permitiu situar o país na 55ª posição no ranking mundial da leitura, duas a menos se comparado com o resultado do PISA 2009, conforme aponta a base de dados deste exame disponível em [http: www.portal.inep.gov.br/pisa-em-foco](http://www.portal.inep.gov.br/pisa-em-foco). Tal comparação indica a dificuldade em superar a crise de leitura da sociedade brasileira, pois esses resultados apresentam um declínio no desempenho dos estudantes brasileiros quanto à leitura.

A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, também confirma a falta de rotina da leitura. O último resultado revelou que 50% da população brasileira é constituída por não leitores, o que significa que metade da população brasileira não leu um livro ou, pelo menos, parte de um, nos últimos três meses da data de aplicação da pesquisa, indicativo para ser considerado leitor (FAILLA, 2012).

É evidente que o baixo índice de leitura está associado à marginalização e discriminação do processo de formação de leitores presentes desde o período colonial na sociedade brasileira. Por esses baixos indicativos de desempenho em leitura, é possível perceber que, mesmo diante da tentativa de democratização do acesso à escola, pelo qual vem passado o sistema educacional no Brasil, e das mudanças teórico-metodológicas - como a ascensão das teorias do letramento e da linguagem como uma atividade discursiva e ainda das

¹ A Prova Brasil é complementar ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ela é realizada a cada dois anos e participam todos os estudantes de escolas públicas urbanas do 5º e do 9º ano de turmas com mais de 20 alunos. A avaliação é dividida em duas provas: Língua Portuguesa, onde é medida a capacidade de leitura, interpretação de textos e de fixação da mensagem; e a Prova de Matemática, pela qual é avaliado o raciocínio em contexto com a realidade do aluno.

² Avaliação aplicada aos alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental da rede pública. Ela verifica a qualidade da alfabetização e o letramento dos estudantes dessas séries.

³ PISA é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada três anos. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vista a melhorar as políticas e resultados educacionais.

ações implementadas pelo Ministério da Educação, com vistas à promoção da leitura - o desenvolvimento de práticas de leitura tem se revelado pouco eficiente no contexto escolar.

Certamente, uma das ações mais importantes que visa a solucionar a crise da leitura no país são as políticas públicas, concretizadas a partir dos marcos legais e nos programas e planos de fomento à leitura criados pelo Ministério da Educação. Porém exige tempo, a fim de resultados positivos acerca da qualidade da leitura.

Assim, estudar as orientações oficiais acerca do ensino da leitura se torna necessário pela sua importância como indutor de novas práticas e sentidos atribuídos à leitura, ao livro e ao ensino de leitura. À vista disso, consideramos que o objetivo geral deste estudo é analisar como os documentos constitutivos das políticas públicas delineia um percurso específico para o trabalho com a leitura no contexto escolar.

2. AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA: ELABORAÇÃO DO CORPUS

Tomamos como parâmetro de análise o estudo desenvolvido por Barbosa e Noronha (2014), intitulado: *Políticas públicas de fomento à leitura: reflexões e práticas escolares*. Nesse estudo, as autoras discutem acerca das políticas públicas de incentivo à leitura da instância federal, apontando sua importância para estruturação do trabalho pedagógico, visando à melhoria de práticas de leitura escolares:

Embora uma cultura leitora não se construa apenas a partir de determinações oficiais, é de fundamental importância a existência de fomento, amparo e garantias para sua existência. Afinal, as políticas públicas mobilizam sujeitos, induzem práticas, apoiam financeiramente ações e, portanto, se constituem numa conjuntura essencial para a criação e melhoria das práticas escolares (BARBOSA; NORONHA, 2014, p. 09).

Objetivando apresentar uma reflexão para os professores da rede básica de ensino acerca da função das políticas públicas nacionais que respondem pelo fomento à leitura, Barbosa e Noronha (2014) organizaram essas ações em três conjuntos. A classificação desses conjuntos de documentos oficiais está em conformidade com objetivos, natureza e público a que se destina (BARBOSA; NORONHA, 2014). Nesse sentido, organizamos nossas análises a partir do conjunto proposto pelas autoras:

- (i) **Documentos, Programas e Leis com diretrizes e orientações para implementação das políticas públicas de leitura:** destinados aos órgãos e instituições públicas, definem as políticas e normas gerais a serem implementadas, orientam todas as ações públicas referentes ao fomento à leitura.

Em seguida, iniciamos uma pesquisa no site do MEC - <<http://portal.mec.gov.br>> -, a fim de ampliar a identificação dos programas referentes às políticas públicas de leitura. Para análise das leis e decretos sobre leitura e livro, utilizamos a publicação *Legislação sobre o livro e leitura* (2013).

Optamos pela análise da legislação sobre o livro e leitura somente a partir da década de 1990, uma vez que tentamos perceber as políticas públicas no contexto de virada paradigmática do ensino ocorrido nessa época. Nesse contexto, um conjunto de ações legais foi implantado pelo MEC, a fim de mudanças curriculares. Nesse sentido, perceberemos quais procedimentos para o ensino da leitura as políticas públicas vêm construindo desde esse período de grandes mudanças teórico-metodológicas.

Além das leis e decretos estudados, conforme podermos perceber na seção seguinte deste trabalho, a pesquisa ao sitio do MEC nos permitiu chegar aos seguintes materiais, que também se constituem objetos de nossas análises;

- (i) Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
- (ii) Guia do Livro Didático de Língua Portuguesa 2013
- (iii) O conjunto de materiais do PNBE: Biblioteca na escola e Dicionários em sala de aula
- (iv) Por uma política de formação de leitores
- (v) Plano Nacional do Livro e da Leitura
- (vi) Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura

Na seqüência da seleção dos documentos a serem analisados, seguiu-se a etapa de leitura dessas citações a fim de identificar eixos comuns das diretrizes políticas, ou pelo menos muito recorrentes. Após várias leituras minuciosas desse material, foi possível agrupar de todas as citações em quadros correspondentes a cada material de análise, a partir dos pontos de intersecção e particularidades acerca da leitura nos principais documentos.

Por esse viés, notamos que era preciso construir diferentes categorias referentes às informações em comum presentes nos documentos institucionais. O quadro a seguir apresenta uma visão parcial acerca da evolução do trabalho de leitura realizado e análise dos dados coletados, e faz parte de uma vasta cartografia elaborada para o desenvolvimento das análises.

Vê-se que 08 aspectos relevantes para o ensino da leitura tornaram-se evidentes durante a leitura desses materiais, os quais se constituem categorias de análise: *concepção de leitura, concepção de leitor, práticas de leitura, gêneros discursivos e/ou suportes de textos privilegiados, leitura literária, espaços de leitura, mediadores de leitura e concepção de livro.*

O processo de identificação e nomeação dos aspectos referentes ao ensino da leitura na escola exigiu uma atenção exponencial, uma vez que houve a necessidade de compreensão do que seja fundamentalmente importante para o trabalho com a leitura na escola, de acordo com o que está estabelecido nesses materiais; além de apontar o caminho para o desenvolvimento da análise.

Nesse sentido, a classificação das categorias de análise teve como princípio elementar um exercício de compreensão e interpretação laborioso dos dados, pois exigiu uma imersão maiúscula no *corpus* por meio de consecutivas leituras, proporcionando afinidade com as orientações oficiais estabelecidas para o trabalho com a leitura no contexto escolar; bem como foi necessária uma postura mais investigativa e sistemática da organização das informações.

DOCUMENTOS, PROGRAMAS E LEIS COM DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA								
	CATEGORIAS							
	Concepção de leitura	Concepção de leitor	Práticas de leitura	Gêneros e/ou suportes de textos privilegiados	Leitura literária	Espaços de leitura	Mediadores de leitura	Concepção de livro
GLD (Língua Portuguesa)	X	x	x	x	x	Não apresenta orientações nesta categoria	x	Não apresenta orientações nesta categoria
PCN (1ª a 4ª série)	X	x	x	x	x	x	Não apresenta orientações nesta categoria.	Não apresenta orientações nesta categoria
PCN (5ª a 8ª série)	X	x	x	x	x	Não apresenta orientações nesta categoria	x	Não apresenta orientações nesta categoria
PNBE – Por uma política de formação de leitores	X	x	x	x	x	x	x	x
PNBE – Biblioteca na escola	X	x	x	x	x	x	x	Não apresenta orientações nesta categoria

Quadro elaborado pela autora.

3. ITINERÁRIOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA LEITORA: POLÍTICAS OFICIAIS, DOCUMENTOS REGULAMENTADORES E REPERCUSSÕES PARA A ESCOLA.

Considerando que estamos diante de um universo amplo de documentos que constroem os itinerários oficiais de leitura da educação básica, elaborar nossas análises seguindo essa classificação nos permitiu obter resultados, respectivamente, dirigidos aos órgãos responsáveis pela elaboração das normas, voltados para a formação docente e à prática escolar. Ou seja, esse conjunto de documentos tem impacto na educação básica, porque orienta estruturalmente as ações para o trabalho com a leitura na escola.

Diante desse conjunto de documentos, é possível elaborarmos várias perguntas orientadoras das nossas análises: há coerência entre esses documentos? Suas proposições e orientações estão em consonância com a realidade escolar? Como definem elementos básicos para viabilizar o fomento à leitura? Diante da virada paradigmática, encontramos nesses documentos repercussão dos avanços das ciências da linguagem nesse sentido?

Essas questões nos permitirão analisar:

- Quais principais concepções de livro, de leitura, de leitor de práticas de leitura e de leitura literária;
- Quais os gêneros|suportes privilegiados;
- Quais as atribuições e concepções constitutivas para os mediadores de leitura.

Nossas análises em torno desses elementos nos ajudarão a compreender as metas das políticas de leitura, as ações pontuais, objetivando a formação de leitores. Com isso, poderemos tecer a crítica e subsidiar a implementação das políticas, bem como seus processos de elaboração.

3.1 Documentos, Planos e Programas de fomento à leitura: repercussões para a escola

No **Guia do Livro Didático 2013, documento integrante do PNLD** - formado pelos critérios, etapas de avaliação e resenhas dos livros didáticos, assim como pelo histórico sucinto do referido Programa -, temos a definição de leitura a partir de parâmetros fundamentados nas perspectivas interacionistas, que inclui: a abordagem da leitura como situação de interlocução; do leitor como reconstrutor dos sentidos, a fim de apropriar-se da cultura letrada a partir da exploração das propriedades discursivas e textuais. Nesse sentido, as orientações primam, ainda, pela heterogeneidade, dos gêneros, suportes, autores e estilos dos textos presentes nos livros didáticos para o ensino da leitura. Embora oriente os docentes a não se utilizarem apenas do livro didático, talvez pela natureza deste documento, não temos menção a outros espaços e práticas de leitura.

O Guia do Livro Didático é um documento que sintetiza o trabalho que envolve um dos maiores Programas de aquisição de livros existente no mundo. Pelas citações apresentadas anteriormente, vê-se que, além disso, ele apresenta suas concepções teórico-metodológicas, a partir das quais os livros didáticos serão avaliados e selecionados, assumindo, portanto, um duplo papel nas políticas de leitura: de um lado, divulgar os processos de seleção dos livros didáticos, o papel da escola e dos avaliadores; e de outro, como orientador aos docentes das concepções teórico-metodológicas que norteiam os livros selecionados, qualificando-os para uma leitura mais crítica do material e para o próprio trabalho docente.

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** são um dos documentos das políticas dirigidas à educação básica de maior repercussão na rede de ensino junto aos profissionais da educação. As orientações curriculares acerca da leitura impactaram toda uma cadeia de ensino e formação docente. Suas contribuições para o fomento à leitura ocorreram em função da apresentação de novas diretrizes curriculares que incluíam: o ensino da leitura não mais como mera fonte de informação, mas como construto partilhado com o autor do texto. Essa concepção representou, na ocasião da publicação do documento, um avanço referente às práticas de ensino de leitura majoritariamente realizadas na escola e, ao mesmo tempo, impulsionou a produção científica para incluir o documento como material de suas análises e pesquisas.

Uma das contribuições mais significativas dos PCN para as políticas de leitura e sua repercussão na educação básica é a relevância dada à diversidade de funções da leitura. A prevalência de um único gênero – o literário – e a centralidade de um único objetivo de leitura – o de fruição estética – cede espaço para a diversidade de gêneros e objetivos didáticos. A partir do PCN a presença de gêneros variados para o ensino da leitura passou a ser uma das metas: ler para buscar uma informação, ler para resolver um problema prático, ler para tomar decisões são ações que passaram a marcar o espaço escolar e encontraram nos PCN um documento de legitimação dessas práticas escolares. A análise dos dois quadros, referentes aos PCN do 1^a a 4^a série e da 5^a a 8^a também revela a importância dos PCN como material propositivo do ensino da leitura no currículo escolar como um todo, pensando a leitura em vários dos anos referentes à escolaridade básica obrigatória.

E, nesse sentido, sendo objeto de ensino e de aprendizagem que atravessa todo o currículo escolar – e, como sabemos, todas as disciplinas – deu visibilidade a necessidade dos espaços de leitura – como a biblioteca escolar –, abrindo caminhos para as políticas nessa direção.

Com o **Programa Nacional da Biblioteca Escolar**, conforme podemos atestar a partir dos quadros que seguem, diferentes frentes de apoio a esse espaço de leitura na escola foram abertas:

O conjunto das ações previsto pelo PNBE fortalece a leitura como prática que extrapola o espaço escolar. Ao mesmo tempo, coloca como compromisso do Estado assegurar o acesso à leitura como mecanismo de dirimir a exclusão social. Essa é uma das importantes contribuições do PNBE: entender que o aluno é apenas um dos leitores, circunscrito num espaço compromissado com objetivos didáticos, mas que a leitura é uma prática social e, como tal, deve ser o Estado a garantir pleno acesso e domínio dessa prática. Assim, segundo os documentos, a própria biblioteca escolar passa a ser um dínamo a agregar e servir não só aos sujeitos diretamente ligados à escola – alunos matriculados, técnicos e corpo docente – como também à comunidade em seu entorno para o acesso à cultura letrada. Outro ponto-chave é a ampliação e diversidade do acervo, o que vai ao encontro dos demais documentos já analisados por nós.

Esse novo papel da biblioteca escolar e compromisso sócio-educativo, demanda, obviamente, novas práticas para o profissional da educação, seja quando diretamente responsável pela biblioteca, seja quando docente. Nesse sentido, outro eixo importante do PNBE é a necessidade de formação de mediadores de leitura e, assim, coloca-se como fundamental o tratamento do professor como leitor crítico e competente, também sujeito da cadeia de leitura que se pretende formar, conforme se pode atestar a partir do quadro que segue:

O **Plano Nacional do Livro e da Leitura** pode ser considerado uma das políticas mais relevantes que temos. Primeiramente, porque deu status de política de Estado ao fomento à leitura, em seguida, porque diferentemente das demais não se trata de uma ação localizada, mas visa colocar em rede, universalizar o acesso ao livro como bem cultural privilegiado e à leitura como prática social. Para isso, é pensado a partir de ações que se inserem nas práticas escolares, mas que ganham uma extensão maior do que o espaço escolar em si.

A leitura, pelo PNLL é concebida como meio para o acesso à cidadania, como prática fundamental a uma melhor formação, visão de mundo, interação e construção de sentidos da realidade.

Mas, uma das singularidades do PNLL em relação aos demais documentos regulamentadores é ser um documento de convergência dos demais, dando conta da formação docente, da biblioteca escolar, da distribuição de acervos – tratados com especificidade nos demais documentos; e, além disso, da leitura como binômio de cidadania, transformações sociais, tendo em vista um projeto de nação.

Em consonância com o PNLL, temos o PELL e o PMLL, ambos respondendo pelo tratamento das especificidades locais – municipais e estaduais – em coerência com as políticas nacionais desenhadas pelo PNLL.

A leitura é considerada a partir de sua interface com a cultura e o valor simbólico de suas práticas, fundamental para transformação da realidade. Temos, portanto, o livro como elemento não só físico, mas simbólico do acesso à cultura letrada.

Para o **Plano Estadual do Livro e da Leitura** e o **Plano Municipal do Livro e da Leitura**, tem-se como responsabilidade o levantamento das especificidades locais: interesses e dificuldades de leitura; níveis de letramento; práticas letradas historicamente cultuadas, a fim de valorizar o município, a partir do reconhecimento e consideração de suas prioridades de leitura para o desenvolvimento local.

Para os referidos Planos, deve prevalecer a articulação com as políticas e marcos legais, a fim de serem elaborados filiados aos programas e projetos existentes, de modo a se constituir numa grande rede leitora. Nesse sentido, a proposta é que os planos estaduais e municipais gerem impacto não somente na aquisição da prática leitora como mecanismo de

acesso à cultura letrada, construção de sentido do texto, como também na economia, situando o livro como um produto gerador de uma rede também comercialmente atrativa.

Nesse primeiro conjunto de documentos regulamentadores das políticas de leitura, podemos concluir:

- **da coerência entre as concepções** referentes a cada uma das categorias analisadas. Há consonância sob o aspecto teórico, metodológico e político entre os diferentes documentos;
- **da existência de dois grandes eixos orientadores de fomento à leitura:** sendo um que circunscreve a leitura e suas práticas no espaço escolar; e outro que pensa sua repercussão como elemento social e que, portanto, estaria não somente sob a responsabilidade da escola. Mais que isso: estaria sob a responsabilidade do Estado;
- **da universalização do acesso ao livro e à leitura,** pressuposto de todos os documentos como mecanismo de melhoria da qualidade de vida, como bem cultural e como possibilidade de desenvolvimento local;
- **da integração entre as políticas dirigidas à leitura na educação básica e na formação docente,** a fim de se favorecer a criação de documentos, como os PCN, que possam não somente apoiar as práticas escolares de leitura, como induzir a formação docente;
- **da existência de diretrizes articuladas para o ensino e aprendizagem da leitura referente à escolaridade básica obrigatória,** circunstanciadas particularmente nos PCN e que contribuiu significativamente para repensar a leitura como objeto de ensino e de aprendizagem da 1ª a 8ª séries. Essa articulação permitiu pensar a formação do leitor de modo contínuo, menos fragmentada, estabelecendo diretrizes coesas entre os diferentes anos e repercutiu na elaboração das diretrizes curriculares e nos planos estaduais e municipais da leitura e do livro;
- **do fomento à leitura além do espaço escolar,** como forma de garantir a formação do leitor ao longo da vida e em diferentes contextos.

3.2 Marcos legais regulamentadores das políticas de fomento ao livro e à leitura: repercussões na educação básica

Organizamos o segundo conjunto de documentos, que se refere aos marcos legais instituídos a partir dos anos de 1990 para o fomento à leitura, em três subconjuntos, de acordo com suas finalidades, a saber:

- **documentos que regulamentam as políticas para gestão da leitura e do livro como objetos culturais:**

LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003. Institui a Política Nacional do Livro.

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004. Dispõe sobre a contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

LEI Nº 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, e dá outras providências.

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

LEI Nº 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013. Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.

LEI Nº 10.994, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.

LEI Nº 12.192, DE 14 DE JANEIRO DE 2010. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional.

DECRETO Nº 7.748, DE 6 DE JUNHO DE 2012. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional.

▪ **documentos que regulamentam as políticas de divulgação da leitura e do livro:**

LEI Nº 10.402, DE 8 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.

LEI Nº 11.264, DE 2 DE JANEIRO DE 2006. Confere ao município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura.

LEI Nº 11.899, DE 8 DE JANEIRO DE 2009. Institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Leitura e da Literatura.

LEI Nº 12.388, DE 3 DE MARÇO DE 2011. Confere ao município de Taubaté, no estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Literatura Infantil.

▪ **documentos que regulamentam as políticas de valorização da leitura e do livro nos contextos educativos:**

LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

DECRETO Nº 520, DE 13 DE MAIO DE 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

DECRETO Nº 519, DE 13 DE MAIO DE 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.559, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências.

Políticas para gestão da leitura e do livro como objetos culturais:

A **LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003**, Institui a Política Nacional do Livro e a **LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004**, Dispõe sobre a contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

De acordo com nosso mapeamento acerca das categorias de análise, as leis atendem os seguintes elementos e trazem as seguintes repercussões para os itinerários oficiais de leitura nas práticas escolares:

O conjunto dessas leis sinaliza aspectos importantes para a escola acerca das concepções de livro como objeto cultural. As práticas e espaços de leitura e da leitura de literatura são totalmente voltadas ao espaço escolar, o que faz fundamental à escola a ciência desse conjunto de leis. A preocupação da legislação é com a garantia de alunos alfabetizados e na leitura de textos literários, o estabelecimento de uma rotina de leitura nas escolas e de garantia de acervo mínimo. Com isso, se pretende assegurar: uma formação letrada, a leitura no cotidiano escolar e não em momentos extraordinários, e o acesso às obras vinculado à destinação de espaços na escola para este fim. Outro aspecto de valorização e democratização do livro são os incentivos fiscais para sua aquisição.

A **LEI Nº 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990**, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, e dá outras providências, traz contribuições para as concepções de leitura e as práticas de leitura.

A Lei se destaca, em nosso entendimento, por colocar sob a responsabilidade do Poder Executivo no âmbito do Instituto Brasileiro da Arte e Cultura (Ibac) a formulação e execução de programas de apoio aos produtores e criadores culturais, além das orientações normativas acerca dos direitos do autor. São ações que extrapolam as possibilidades da escola, mas, ao mesmo tempo, tem repercussão na formação de uma cultura leitora, da qual a escola participa, mas não é a única responsável. A existência de programas que fomentem a cultura e apoiem os direitos dos autores fazem parte dessa rede. Por um lado, dinamizam e ampliam o repertório dos sujeitos nas suas diferentes esferas de relações socioculturais e, para os autores, garantem a discussão e normatização do seu trabalho e da sua produção. Juntas, essas duas ações situadas na legislação supracitada, elevam o nível de acesso aos bens e práticas culturais e dão garantias formais à produção autoral. Pensar uma escola situada num contexto que dá essas garantias é pensar num projeto de ensino, em diretrizes curriculares e em planos estaduais e municipais de leitura que não precisem responder sozinhos formalmente pela formação dos leitores, mas que apenas se engaje numa rede e cultura leitora já existente.

A **Lei 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO de 1998** e a **Lei Nº 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013** trazem nas concepções de leitura a regulamentação sobre a apropriação da obra de outrem que pode ser importante para se pensar os processos de utilização e divulgação dos textos na sala de aula. Subjacente se tem o conceito de autoria que é importante quando trabalhamos com leitura e construção de sentidos.

Além da definição de autoria, a concepção de livro é também fundamental para o contexto educativo. A partir dessa definição se basearão as linhas de fomento à publicação e aquisição de acervo para a escola pelos órgãos públicos.

Outras leis fundamentais para a gestão da leitura e do livro são: a **LEI Nº 10.994, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004** e a **LEI Nº 12.192, DE 14 DE JANEIRO DE 2010** e o **DECRETO Nº 7.748, DE 6 DE JUNHO DE 2012**, porque orientam o depósito de obras na Biblioteca Nacional, garantindo, assim, que a produção nacional construa seu acervo e, portanto, a memória de sua produção sob guarda e garantia de acesso público, além de regulamentar a assunção de cargos públicos de gestão da leitura como patrimônio nacional.

Políticas de divulgação da leitura e do livro

Se, de um lado, as datas comemorativas podem não ter um efeito educativo contínuo; de outro, ajudam pontualmente a divulgar as ações referentes ao livro e à leitura. Para o contexto escolar, as datas comemorativas e cidades que recebem predicados ligados à leitura podem ajudar no engajamento das atividades comemorativas, ou mesmo a incluir essas datas no calendário escolar. A **LEI Nº 10.402, DE 8 DE JANEIRO DE 2002**, Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.

Políticas de valorização da leitura e do livro nos contextos educativos

O conjunto das leis referentes à valorização a leitura e do livro nos contextos educativos são aquelas que impactam diretamente a escola e a educação básica. Isso, no entanto, não exclui a relevância dos demais marcos legais para a leitura como objeto também escolarizado, conforme vimos nas análises que realizamos anteriormente. Pensar a formação de uma cadeia leitora é também envolver outros centros de divulgação, produção, aquisição de acervo, formação leitora que esteja além da escola, embora seja indispensável seu engajamento.

Do conjunto de leis referentes à valorização da leitura e do livro no espaço escolar, destacamos as seguintes contribuições:

- **Valorização da biblioteca escolar:**

Define o que é biblioteca e estabelece acervo mínimo. É fundamental para criação e implementação de uma cultura leitora a partir do espaço escolar, uma vez que sua regulamentação implica também na obrigatoriedade da existência de uma biblioteca em todos os estabelecimentos de ensino do país. A biblioteca, portanto, deixa de ser um espaço exclusivo, existente apenas em determinados estabelecimentos de ensino e passa a ser universal, garantindo amplo acesso e, no caso daquelas existentes nas escolas públicas, com papel fundamental inclusive para a comunidade do entorno escolar.

Além disso, o estabelecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, democratiza o acesso e permite a criação de bibliotecas racionalmente estruturadas, constituindo-se num elo importante para a criação de uma cultura leitora.

▪ **Valorização da formação dos profissionais da leitura:**

A valorização dos profissionais da educação responsáveis pelo fomento à cultura leitora é essencial. Além do professor, há vários outros agentes, que inclui bibliotecários, arquivistas, dentre outros. Com políticas indutoras, podem elaborar e desenvolver projetos que respondam por práticas leitoras em rede, participação de centros de estudo, desenvolvimento de pesquisas e atividades desenvolvidas no âmbito escolar que envolvam seus sujeitos e a comunidade.

De forma geral, os agentes são pensados para ajudar a dessacralizar a leitura como prática de prestígio, a torná-la dinamizar as salas de leitura, apoiar a abertura de espaços de leitura para uso contínuo. Somente uma formação profissional que esteja engajada em políticas voltadas à promoção social da leitura podem atender essa demanda.

▪ **Valorização da aquisição e distribuição do acervo:**

A aquisição do acervo é um dos pontos chave, somado à garantia de bibliotecas e à formação qualificada de profissionais para o trabalho com a leitura. Temos, então, três eixos fundamentais para a criação de uma cultura leitora. A política de aquisição e distribuição do acervo que focaliza necessariamente o material didático visa apoiar as práticas dos professores, garantir a aquisição de um material de qualidade e o fomento à leitura e autonomia do aluno.

Como se vê, o conjunto de leis e decretos se não responde diretamente pela transformação da realidade educacional e o significado da leitura, bem como suas práticas, não pode ser ignorado. Ele situa no âmbito do poder público a responsabilidade pelo fomento, indução e criação de ações que valorizam a leitura, o livro, a formação dos mediadores, a aquisição do acervo e criação de bibliotecas nas instituições educacionais. Essas políticas intentam um projeto nacional para a leitura, o que se faz na contramão da fragmentação que marca as ações do sistema da rede de ensino público. Com isso, o papel da escola ganha outro sentido: embora, como instituição, responda pelos processos formais de ensino e de aprendizagem da leitura, não se pode atribuir apenas a ela a responsabilidade sobre todos os requisitos para a realização desses processos. Por isso, os marcos legais são fundamentais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às análises, podemos perceber que os documentos apresentam uma coerência no que confere aos aspectos teórico-metodológico e político. Sendo possível perceber tais características no conjunto de orientações acerca das concepções, principalmente, de leitura, de leitor, de práticas de leitura, de gêneros discursivos e de mediadores de leitura, fundamentados na compreensão de linguagem como prática discursiva. A consonância com o aspecto político corresponde à função de cada documento.

Outro aspecto importante são as duas dimensões apresentadas acerca da leitura: uma que circunscreve a leitura e suas práticas no contexto escolar, outra que compreende a dimensão da leitura como responsabilidade do Estado, não somente da escola.

Mais um aspecto que merece atenção é a associação existente entre as políticas públicas de fomento à leitura na educação básica e a necessidade de formação docente, com vista à criação de documentos para apoiar as práticas escolares. Esses documentos auxiliam diretamente na elaboração curricular, que é o caso dos PCN. Já outros materiais como o PNBE dão suporte à leitura no contexto escolar, por meio de obras diversas; enquanto que o PNLD por meio do *Guia de Livros Didáticos* orienta o docente na escolha adequada desses materiais pedagógicos.

O impacto das políticas públicas de fomento à leitura é percebido não somente na formação dos professores, mas também na do aluno. O PNLD e PNBE, programas de leitura mais conhecidos entre os profissionais de educação, objetivam a melhoria da qualidade da leitura e amplia o acesso ao livro por parte dos discentes. Todavia, se faz necessário um trabalho bem planejado e articulado ao devido uso dos livros propostos nas diretrizes políticas, pois, somente o acesso a livros não é suficiente para garantir a formação de leitores competentes.

O conhecimento das políticas públicas de leitura é fundamental para a qualificação de práticas escolares voltadas para o ensino e desenvolvimento da leitura. Pois, diante desse conhecimento, os docentes podem criticar essas políticas, reivindicando melhorias para o ensino e até mesmo requerer devida implementação dessas políticas; se tornando, enfim, sujeitos capazes de participar efetivamente de ações destinadas para o incremento da cultura de acesso à leitura e ao livro.

Assim, a implantação do estudo dessas políticas se faz necessário e urgente nos cursos de licenciatura de todo o país, cujo conhecimento acerca desse assunto passa a largo da formação dos docentes. Esse conhecimento é necessário não somente pelos motivos citados acima, mas também porque instruídos desse saber, podemos caminhar em uma ação articulada às políticas, objetivando construção efetiva de uma sociedade leitora tão desejada por nós profissionais da educação.

Ao esquivar-se desse saber, os cursos de licenciatura estão na contramão dos avanços propostos para educação no país. E assim, não capacitam completamente os profissionais da educação, porque não orientam para a importância das políticas educacionais. Com isso, a ação docente não avança para além da fragmentação de práticas de leitura tão comum no ensino básico.

Diante disso, as proposições acerca do ensino da leitura e acesso ao livro propostas nesses documentos estão em total acordo com a realidade escolar, porque se fazem necessárias para o desenvolvimento proficiente do ensino da leitura. Entretanto, ainda não são suficientemente conhecidas por todos os profissionais da educação. É provável que muitos educadores desconheçam parte dos programas e marcos legais que respondem pelo incentivo à leitura, já que não são discutidos nos cursos de formação docente, conforme apontamos anteriormente.

Esse desconhecimento impossibilita o desenvolvimento de práticas de leitura mais eficazes na escola, tendo em vista melhora na qualidade da leitura, o despertar pelo prazer de ler, bem como a criação de projetos para esses fins, respeitando às necessidades e particularidades locais.

A escola como uma das executoras das ações incentivadoras do governo deve incluir em suas práticas discursões acerca das políticas públicas, a fim de um trabalho comprometido com os pressupostos determinados por essas diretrizes oficiais. Afinal, políticas públicas mobilizam sujeitos. Nada mais justo que nós educadores executem as ações propostas e dialoguem sobre elas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; NORONHA, Claudianny Amorim. **Políticas públicas de fomento à leitura: reflexão e práticas escolares**. Natal/RN: EDUFRN, 2014 (prelo).

BRASIL, **Legislação sobre livro e leitura** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados Edições Câmara, 2013. 201 p. – (Série legislação ; n. 103).

FAILLA, Zoraia (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/RetratosDaLeituraNoBrasil3-2012.pdf> . Acesso em: 10 de junho de 2014.

DOCUMENTOS ANALISADOS:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: A Secretaria, 1997

_____. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; **PNLL. Plano Nacional do Livro e Leitura**. 2010. Disponível em: http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/images/pnll_download.pdf Acesso em: 15/05/2013.

_____. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; **Guia PELL e PMLL. Guia para elaboração e implantação dos planos estaduais e municipais do livro e leitura**. 2010. Disponível em: http://corp.ciotech.com.br/prolivro/conteudo/bibliotecadigital/3/Guia_PNLL.pdf. Acesso em: 15/05/2013.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013 Letramento e Alfabetização e Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Guia Geral**. Brasília, 2012.

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores** / elaboração Andréa Berenblum, Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 35 p.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola** / elaboração Andréa Kluge Pereira. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 57 p.

RANGEL, Egon de Oliveira. **Dicionários em sala de aula** / elaboração Egon de Oliveira Rangel, Marcos Bagno. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 155 p.